Prezado senhor, na busca de pedidos e respostas feitas pelo e-Sic, faz-se necessário adotar medidas para evitar que pedidos com informações sigilosas ou pessoais fossem divulgados, uma vez que cabe aos órgãos e entidades do Poder Público proteger tais informações (Art. 6º, inc. III da Lei 12.527/2011). As informações sobre os solicitantes dos pedidos não estão disponíveis para consulta, pois entende-se que diversos dados estatísticos podem dizer respeito à vida privada e intimidade das pessoas, com base no Art. 31 da Lei de Acesso à Informação. Por esse motivo, decidiu-se não publicar dados referentes aos requerentes. Vale mencionar também que a Lei nº 12.965/2014, Marco Civil da Internet no Brasil, estabelece, dentre os seus princípios, a proteção da privacidade e dos dados pessoais (art. 3º, II e III). Ainda de acordo com a mesma lei, está garantido ao usuário o direito de inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (art. 7º, I e II). Adicionalmente, o artigo 21 do Código Civil Brasileiro estabelece que a vida privada da pessoa natural é inviolável. É preciso levar em conta que a Lei de Acesso à Informação é uma ferramenta utilizada para controle social e que muitos solicitantes não querem que seja de conhecimento público que realizaram pedidos de informação, por motivos diversos, como temor de possível perseguição ou invasão de sua privacidade. Muitos requerentes, por exemplo, utilizam a LAI para obter informações que irão embasar futuras denúncias. Sendo assim, a divulgação dos seus nomes fragilizaria o direito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada dos requerentes, colocando em risco, ainda, a proteção de denunciante (a qual é preconizada, por exemplo, pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção). Apesar da LAI definir que os solicitantes precisam se identificar ao realizar pedidos, os órgãos utilizam os dados pessoais apenas para o cadastro no Sistema e, em caso de necessidade, para realizar contato com o cidadão referente à sua demanda. Na busca de pedidos e respostas não são divulgados os nomes dos solicitantes, não inserimos o nome dos Requerentes nas respostas aos pedidos, dando preferência à utilização de Termos genéricos como Senhor(a). Por fim informamos que diversos dados estatísticos dos solicitantes podem ser obtidos por meio do Portal: [e sic.cge.ro.gov.br/Relatório](http://e.sic.cge.ro.gov.br/Relatório).

Clicar em OPÇÕES, e em RELATÓRIO GENÉRICO ou TAXAS DE PEDIDOS e RESPOSTAS.